



PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO/2022

ITEM 03 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RESOLUÇÃO TC N° 189, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

CÂMARA MUNICIPAL DE BODOCÓ
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2022)



ISOLADO:2 - CÂMARA MUNICIPAL DE BODOCÓ

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)			3.333.893,42	
TOTAL (VII) = (V+VI)	0,00	0,00	3.333.893,42	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)	0,00	0,00	0,00	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	
Superávit Financeiro		0,00	0,00	
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	

Documento Assinado Digitalmente por: MAIKIO FERNANDO CORDEIRO LACERDA AQUINO, ADALTO PEREIRA CASTRO
 Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 549f9970-f6aa-4383-b601-73042cd8b45e


 ADALTO PEREIRA CASTRO
 PRESIDENTE

009.964.034-18


 MAIKIO FERNANDO CORDEIRO LACERDA AQUINO
 CONTADOR

026.301.664-14


 ERILSON HENRIQUE SILVA DE SOUZA
 TESOUREIRO

107.958.774-80

CÂMARA MUNICIPAL DE BODOCÓ
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2022)



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(e-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	2.920.000,00	3.395.000,00	3.320.427,05	3.320.427,05	3.289.762,17	75.572,95
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.320.000,00	2.721.000,00	2.713.018,29	2.713.018,29	2.682.353,41	99.981,71
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	600.000,00	674.000,00	607.408,76	607.408,76	607.408,76	65.591,24
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	160.000,00	17.000,00	13.466,37	13.466,37	13.466,37	55.533,63
INVESTIMENTOS	160.000,00	17.000,00	13.466,37	13.466,37	13.466,37	55.533,63
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IV+X)	3.080.000,00	3.412.000,00	3.333.893,42	3.333.893,42	3.303.228,54	77.101,58
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII)	3.080.000,00	3.412.000,00	3.333.893,42	3.333.893,42	3.303.228,54	77.101,58
SUPERÁVIT (XIV)			0,00			
TOTAL (XV)=(XIII + XIV)	3.080.000,00	3.412.000,00	3.333.893,42	3.333.893,42	3.303.228,54	77.101,58
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)			
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ADALTO PEREIRA CASTRO
 PRESIDENTE
 009.964.034-18

MAIKIO FERNANDO CORDEIRO LACERDA AQUINO
 CONTADOR
 026.301.664-14

ERILSON HENRIQUE SILVA DE SOUZA
 TESOUEIRO
 107.958.774-80

Documento Assinado Digitalmente por: MAIKIO FERNANDO CORDEIRO LACERDA AQUINO - ADALTO PEREIRA CASTRO
 Acesso em: https://atue.tce.pe.gov.br/app/validarDoc.seam Código do documento: 549f9970-66aa-4383-b601-73042ed8b45e



CÂMARA MUNICIPAL DE BODOCO - PE
NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – ANEXO 12 DA LEI 4.320/64 – MCASP

INFORMAÇÕES GERAIS

Nota 1 - INFORMAÇÕES DA ENTIDADE
Nome da entidade: Câmara Municipal de Bodocó
CNPJ: 24.301.483/0001-22
Natureza Jurídica: 106-6 - Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
Atividade Principal: Administração pública em geral
Domicílio do órgão: Rua Nininha Lócio, 294, Centro, Bodocó/PE - CEP: 56.220-000
Dados do gestor: Nome: Adalto Pereira Castro Cargo: Presidente Período de Gestão: 01/01/2021 a 31/12/2022
Contato: Telefone – (87) 99994-9027 - E-mail: camaradebodoco@gmail.com

Nota 2 - NATUREZA DAS OPERAÇÕES E PRINCIPAIS ATIVIDADES DO ÓRGÃO

O Município de Bodocó conta atualmente com uma população estimada pelo IBGE em 38.605 habitantes (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/bodoco/panorama>), está situado à 628 km da Cidade de Recife, e possui uma extensão territorial total de 1.621,786 km². Tem como coeficiente individual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 1,8. Durante o exercício de 2022 a execução orçamentária baseou-se na Lei Municipal nº 1611/2021, de 18 de novembro de 2021. Sua fonte financeira deriva das transferências financeiras efetuadas pelo Poder Executivo a título de duodécimo mensal.

Nota 3 - DADOS ADICIONAIS

I – Período da demonstração contábil: 01/01/2022 à 31/12/2022

II – Dados do Contador: Maikio Fernando Cordeiro Lacerda Aquino - CRC: 020189/PE.
E-mail: maikiof@hotmail.com

III – Nome do Software de contabilidade pública: SCPI – Fiorilli Software

IV – Endereço do portal da transparência:
<http://www.bodoco.pe.leg.br>

Nota 4 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEL

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06 de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição. A metodologia de registro, mensuração e evidenciação submetem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6.

Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo IFAC através das IPSAS.

Nota 5) CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente os dados executados pela Câmara Municipal de Bodocó, uma vez que se trata da prestação de contas desta entidade.

RESUMO DAS POLITICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Nota 1 - ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Os registros inerentes aos atos e fatos contábeis da prestação de contas anual foram elaborados de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativa aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, observada as seguintes normas do Conselho Federal de Contabilidade. Sendo a moeda utilizada o real (R\$), não tendo registros em moeda estrangeira que necessitasse de conversão de valores a moeda nacional vigente.

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. Este demonstrativo demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Nota 2 - BASES DE MENSURAÇÃO UTILIZADAS

No que concerne o sistema orçamentário foi observado o art. 35 da Lei n.º 4.320/64 e NBCASP, sendo utilizado o regime misto nas operações orçamentárias, sendo de caixa para receitas e competências para as despesas.

A base de mensuração para ativos e passivos seguiu o MCASP, onde busca satisfazer os objetivos da elaboração e divulgação da informação de natureza contábil pelas entidades do setor público ao fornecer as informações que possibilitem aos usuários avaliarem:

- a) O custo dos serviços prestados no período, em termos históricos ou atuais;
- b) A capacidade operacional – a capacidade da entidade em dar suporte à prestação de serviços no futuro por meio de recursos físicos e outros; e
- c) A capacidade financeira – a capacidade da entidade em financiar as suas próprias atividades.

Nota 3 - NOVAS NORMAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS ALTERADAS

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Orçamentário.





Nota 4 - JULGAMENTO PELA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

- a) **Classificação de ativos:** Não existiu mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.
- b) **Constituição de provisões:** Não se aplica a esta demonstração.
- c) **Reconhecimento de variações patrimoniais:** Não se aplica a esta demonstração.
- d) **Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:** Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Nota 1 - Passivos contingentes: Não se aplica a esta demonstração.

Nota 2 - Divulgações não financeiras: Não se aplica a esta demonstração.

Nota 3 - Reconhecimento de inconformidade que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho futuro das operações da entidade.

Nota 4 - Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não houve neste demonstrativo ajuste decorrente da omissão e erros de registros.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário previsto no art. 102 e no anexo 12 da Lei Federal 4.320/64 apresenta as receitas estimadas e as despesas fixadas no orçamento em confronto com as receitas arrecadadas e as despesas executadas, respectivamente. O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. A partir do confronto entre as receitas executadas com as estimadas, é possível avaliar o desempenho da arrecadação no exercício em questão. Quando confrontadas as despesas executadas com as autorizadas, é possível analisar as despesas da administração mediante a autorização legislativa que orientou os gastos e também a ação do gestor. O confronto das diferenças entre as receitas previstas e as despesas fixadas, bem como entre as receitas e despesas executadas, permite o conhecimento do resultado orçamentário: superávit (receita maior que despesa) ou déficit (despesa maior que a receita).

O Poder Legislativo por não arrecadar receita, recebe duodécimos classificados como "Transferências Financeiras Recebidas", e são contabilizados, no âmbito da Câmara Municipal, como receita extraordinária, conforme definido pelo art. 168 da CF/88. "Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165 § 9º."



RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)			3.333.893,42	
TOTAL (VII) = (V+VI)	0,00	0,00	3.333.893,42	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro			0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais			0,00	0,00

Nota 01 – Receitas Correntes: São receitas correntes as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinados a atender despesas classificáveis em despesas correntes. A previsão de arrecadação atualizada da entidade para o exercício de 2022 foi de R\$ 0,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 0,00 o que apresenta um superávit de arrecadação da receita corrente de R\$ 0,00.

Nota 02 – Receita de Contribuições: São constituídas pelas contribuições de iluminação pública que totaliza uma arrecadação de R\$ 0,00 representando 0,00% das receitas correntes totais.

Nota 03 – Transferências Correntes: Com arrecadação de R\$ 0,00, este grupo representa 0,00% das receitas correntes realizadas. Em relação ao ano anterior, que totalizou R\$ 0,00, houve um aumento de arrecadação de 0,00% que representa R\$ 0,00.

Nota 04 – Receitas de Capital: São receitas de capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital e ainda o superávit do orçamento corrente. A previsão de arrecadação atualizada de receita de capital da entidade para o exercício de 2022 foi de R\$ 0,00. Durante o exercício, o valor arrecadado foi de R\$ 0,00, o que apresenta uma insuficiência de arrecadação da receita de capital de R\$ 0,00.

Nota 05 – Alienação de Bens: Durante o exercício de 2022, foram vendidos bens móveis, dentre eles embarcações e automóveis, através de leilão, que totalizaram uma arrecadação de R\$ 0,00.

Nota 06 – Transferências de Capital: A receita prevista atualizada para o exercício de 2022 totalizou R\$ 0,00, sendo efetivamente arrecadado o valor de R\$ 0,00, apresentando uma diferença em comparação com a previsão de R\$ 0,00.

Nota 07 – Total das Receitas: A receita total é composta pelo somatório das receitas correntes e de capital. O total de receita prevista atualizada para o exercício de 2022 é de R\$ 0,00, sendo efetivamente arrecadado o valor de R\$ 0,00, apresentando um superávit na arrecadação na proporção de 100% representado por R\$ 0,00.



Nota 12 – Restos a Pagar Não Processados: Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 0,00 e em 31 de dezembro do exercício anterior totalizam R\$ 0,00. Do montante total de restos não processados inscritos, foram efetuados pagamentos de R\$ 0,00 e cancelamentos de R\$ 0,00, deixando um saldo total de R\$ 0,00.

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)			
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 13 – Restos a Pagar Processados: Os restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 0,00 e em 31 de dezembro do exercício anterior R\$ 0,00. Do total de restos a pagar processados inscritos, foram efetuados os pagamentos de R\$ 0,00 e cancelamento de R\$ 0,00, deixando um saldo total de R\$ 0,00.

OUTRAS INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nota 01 – Detalhamento das despesas executadas por tipo de crédito: A dotação inicial das despesas orçamentárias foi de R\$ 3.080.000,00, e a dotação atualizada corresponde a R\$ 3.412.000,00, já que houve reforço de dotação por meio de crédito suplementar no valor de R\$ 332.000,00 conforme Projeto de Lei nº 023/2022.

TIPOS DE CRÉDITOS	DOTAÇÃO INICIAL (A)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (B)	DESPESA EMPENHADA (C)	DESPESA LIQUIDADADA (D)	DESPESA PAGA (E)
INICIAL	3.080.000,00	3.080.000,00	3.333.893,42	3.333.893,42	3.303.228,54
SUPLEMENTAR	0,00	332.000,00	0,00	0,00	0,00
ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXTRAORDINÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.080.000,00	3.412.000,00	3.333.893,42	3.333.893,42	3.303.228,54

Nota 02 – Utilização do superávit financeiro e/ou reabertura de créditos especiais ou extraordinários: Não houve no decorrer do exercício de 2022, reabertura de créditos especiais e tampouco reabertura de créditos extraordinários.

Nota 03 – Atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data de publicação da LOA: Não houve atualização monetária autorizada por lei, efetuadas antes e após a data de publicação da LOA.

Nota 04 – Ajustes relacionados às retenções: Não se aplica a este demonstrativo

Nota 05 – Procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados: No exercício de 2022, a Câmara Municipal não apresentou valores de Restos a Pagar Não Processados Liquidados. Conforme evidenciado no Demonstrativo da Dívida Flutuante.



Nota 06 – Detalhamento dos recursos de exercícios anteriores utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente: A disponibilidade de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2021 é de R\$ 114,46.

Nota 07 – Transferências financeiras concedidas e recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário: As transferências financeiras concedidas somam R\$ 0,00. Enquanto as recebidas totalizam R\$ 3.486.841,01.